



**Conselho Municipal de Saúde  
do Rio de Janeiro**

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO  
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**

**Ref.: 12/09/2017**

Aos doze dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezessete, em convocação para realização da reunião ordinária no período das quatorze às dezoito horas, no Auditório Meri Baran, Centro Administrativo São Sebastião/CASS, reuniram-se pelo **segmento dos Usuários** – **conselheira Maria de Fátima Silva Pinto** (Associação Mulheres Guerreiras); **conselheira Júlia Daniela de Castro** (Federação das Associações dos Moradores do Município do Rio de Janeiro – FAM-RIO); **conselheiro Wilson Nilson da Rocha** (Federação das Associações dos Aposentados e Pensionistas do Estado do Rio de Janeiro - FAAPERJ); **conselheira Márcia Vera Vasconcellos** (Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro – FAMERJ); **conselheiro suplente Delair Caetano Gomes Filho** (Sindicato dos Empregados de Empresas de Asseio e Conservação do Município do Rio de Janeiro); **conselheira Sonia Maria do Nascimento da Paixão** (União de Negros Pela Igualdade do Rio de Janeiro – UNEGRO/RJ); **conselheira Angélica dos Santos da Silva** (Associação dos CAPSI do Município do Rio de Janeiro); **conselheiro Carlos Norberto Varaldo** (Grupo Otimismo de Apoio a Portador de Hepatite C); **conselheira Maria Edileusa Braga Freires** (Conselho Distrital de Saúde da AP 2.1); **conselheiro Ozeas Lopes Farias** (Conselho Distrital de Saúde da AP 2.2); **conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes** (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.1); **conselheira Maria Angélica de Souza** (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.2); **conselheira Margarida Maria Azambuja Frouf** (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.3); **conselheiro Adelton Gunzburger** (Conselho Distrital de Saúde da AP 4.0); **conselheiro Ludugério Antonio da Silva** (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.1); **conselheiro Mauro André dos Santos Pereira** (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.2) e **conselheiro Geraldo Batista de Oliveira** (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.3). Pelo **segmento dos Profissionais de Saúde** – **conselheira Maria José dos Santos Peixoto** (Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro – SASERJ); **conselheira Miriam Andrade de Souza Lopes** (Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem do Rio de Janeiro – SATEMRJ); **conselheiro Alexandre Oliveira Telles** (Sindicato dos Médicos do Município do Rio de Janeiro - SINMED); **conselheira Elizabeth Guastini** (Sindicato dos Enfermeiros do Município do Rio de Janeiro - SINDENFRJ); **conselheira Sheila Aguiar Marino** (Sindicato dos Fonoaudiólogos do Estado do Rio de Janeiro – SINFERJ), **conselheiro Wagner Gomes Bezerra** (Sindicato dos Fisioterapeutas, Terapeutas Ocupacionais, Auxiliares de Fisioterapia e Auxiliares de Terapia Ocupacional no Estado do RJ – SINFITO) e **conselheiro Jairyly Guimarães Simplício** (Sindicato dos Cirurgiões Dentistas do Estado do Rio de Janeiro). Pelo **segmento dos Gestores/Prestadores de Serviços** – **conselheiro suplente Jaciano Gomes Santiago** (Secretaria Municipal de Saúde - SMS); **conselheira Cristina Guedes Veneu** (Viva Rio). O **Secretário Executivo David Lima**, primeiramente, cumprimentou todos os presentes e, como o auditório estava totalmente lotado de pessoas, com um número muito acima da sua capacidade, pediu o máximo de silêncio possível a fim de que o Conselho Municipal de Saúde

pudesse desenvolver os seus trabalhos. Então, deu início à reunião, às 14h30m (quatorze horas e trinta minutos), em segunda convocação de acordo com o Regimento do Colegiado. Para compor a Mesa de Coordenação dos Trabalhos chamou a Presidente do Conselho, **conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes**; pela Comissão Executiva representando os usuários chamou as **conselheiras Júlia Daniela de Castro e Maria Angélica de Souza**; representado os Profissionais de Saúde, chamou o **conselheiro Wagner Gomes Bezerra**; representando o Gestor/Prestador, chamou o **conselheiro Jaciano Gomes Santiago**. E, assim, passou a coordenação dos trabalhos para a **Presidente Fátima Lopes** que, após cumprimentar a todos e dar as boas vindas aos presentes, passou a palavra ao **conselheiro Wagner Gomes Bezerra** para que pudesse fazer a leitura da pauta em substituição ao **conselheiro Jaciano Gomes Santiago**. Após cumprimentar a todos, o **conselheiro Wagner Gomes Bezerra** inicia a leitura da pauta com o seguinte teor: reunião Ordinária do Colegiado. Local: Auditório Meri Baran – Centro Administrativo São Sebastião, CASS, Rua Afonso Cavalcanti, 455, BL I – 8º andar. Data: 12 de setembro de 2017 (terça-feira). Horário: 14h às 18h. Composição da Mesa de Coordenação dos Trabalhos: Presidência do Conselho: **conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes**; Comissão Executiva: Usuários: **conselheiras Júlia Daniela de Castro e Maria Angélica de Souza**; Profissional: **conselheiro Wagner Gomes Bezerra**; Gestor/Prestador: **conselheiro Jaciano Gomes Santiago**; Controlador do Tempo: **conselheira Maria Angélica de Souza**, Secretariando: **conselheira Júlia Daniela de Castro** e Leitura: **conselheiro Jaciano Gomes Santiago**. Assuntos Pautados: ⇒ **Distribuição da Ata de 11/07/2017. 1) Deliberação da Ata de 13/06/2017; 2) Deliberação dos processos: 09/003310/16.** Assunto: Credenciamento em Alta Complexidade no Tratamento Reparador de Lipodistrofia do portador de HIV/AIDS, do Hospital Universitário Gaffrée e Guinle - **AP 2.2; 19/53/000.002/2017.** Assunto: Troca nome do Centro Municipal de Saúde Professor Júlio Barbosa para Centro Municipal de Saúde Nilza Rosa - **AP 2.2; 09/000477/2017.** Assunto: Habilitação e Credenciamento na Atenção Integral as Pessoas com Doenças Raras do Hospital Universitário Gaffrée e Guinle - **AP 2.2; 3) Discussão sobre as Limitações da Assistência à Saúde da População na Rede Municipal – 30 minutos; 4) Comissão de Educação Permanente – Apresentação sobre Políticas Públicas de Saúde pela Dra. Denise Torreão - 30 minutos; 5) Comissões do Conselho Municipal de Saúde - 10 minutos; 6) Informes da Secretaria Executiva - 10 minutos; 6.1 - PNAB (leitura do documento do Conselho Nacional de Saúde) e 7) Informe do Colegiado - 30 minutos.** As informações do Conselho poderão ser acessadas na internet através do endereço eletrônico: <http://www.rio.rj.gov.br/web/sms>. Contatos: [comsaude@rio.rj.gov.br](mailto:comsaude@rio.rj.gov.br) ou telfax: 2293-0341. Solicitamos a todos os presentes a gentileza de desligar ou deixar em modo vibracall os aparelhos celulares e similares. Após a leitura da pauta, a **Presidente Maria de Fátima Gustavo Lopes** perguntou se podiam aprovar a pauta e depois de um palavrório incompreensível, passou ao ponto 1 da pauta - Deliberação da Ata de 13/06/2017, que após a votação, constatou-se que foi aprovada por maioria simples. A seguir, passou para o ponto 2 da pauta - Deliberação dos processos: 1º. Processo **09/003310/16** - Credenciamento em Alta Complexidade no Tratamento Reparador de Lipodistrofia do portador de HIV/AIDS. Abertura de processo administrativo do Hospital Universitário Gaffrée e Guinle HUGG para definir a Unidade Assistencial de Alta Complexidade no tratamento reparador da Lipodistrofia do portador de HIV/AIDS, localizado na Rua Mariz e Barros, 755, Tijuca, RJ. Após votação, verificou-se aprovação por maioria simples. 2º. Processo **19/53/000002/2017**, processo oriundo da Secretaria Municipal de Relações Institucionais da AP 2.2. Trata-se de abaixo assinado da Comunidade do Morro da Formiga solicitando a troca do nome do Centro Municipal de Saúde Professor Júlio Barbosa para Centro Municipal de Saúde Nilza Rosa, localizado na Rua Castelo Novo, 150, Tijuca, que

após votação observou-se a aprovação por maioria simples. A partir desse momento, o **conselheiro Wagner Gomes Bezerra**, com a chegada do **conselheiro Jaciano Gomes Santiago**, passa a leitura para ele. 3º. Processo **09/000477/2017**. Assunto: Habilitação e Credenciamento na Atenção Integral as Pessoas com Doenças Raras do Hospital Universitário Gaffrée e Guinle - **AP 2.2**, que também foi aprovado por maioria simples pelos presentes. Dando continuidade à reunião a **Presidente Fátima Lopes** agradeceu a todos e pediu desculpas pelo espaço pequeno para o grande número de pessoas que se encontram no auditório no momento. Passou, então, para o **item 3 da pauta** dizendo que se trata de um ponto livre e convocou a Sra. Paula que com a palavra disse que é trabalhadora da Rede de Saúde do Município do Rio de Janeiro. Depois, leu o Manifesto do Movimento Social “Nenhum Serviço de Saúde a Menos” com o seguinte teor: “Trabalhadoras e trabalhadores, usuárias e usuários do SUS do Rio de Janeiro, há tempos temos observado um desmonte do SUS do Rio de Janeiro. Nos últimos anos, esse processo se acentuou com o fechamento de serviços, demissões de profissionais de saúde, cortes de verbas e falta de materiais e medicamentos. Junto a isso, assédio moral a trabalhadores e precarização do trabalho com desrespeito a direitos trabalhistas e contratos temporários. Esse quadro se acentuou em 2017 com o congelamento das verbas para aplicação em Programas Sociais como a Saúde, Educação e Assistência, além da Reforma Trabalhista e a nova Lei das terceirizações que expõe, na prática, o trabalhador ao iminente risco de desligamento do trabalho e a incerteza do funcionamento dos serviços. A população, em um quadro de perda de direitos, recessão econômica, desemprego e desorganização social, cada vez mais, necessita, para sobreviver, dos serviços de saúde, justo quando eles se desorganizam e são desestruturados pelos gestores. No Rio de Janeiro, isso se acentua, a rede estadual, em especial na UERJ, está falida, com os servidores sem pagamento e com os serviços fechados. Os hospitais federais, com o falso discurso da reorganização, estão com leitos fechados e serviços sem funcionar porque os contratos temporários dos trabalhadores não foram renovados e, agora, na rede municipal convivemos com a incerteza. De um lado, na prefeitura temos servidores municipais atuando em hospitais em serviços com graves problemas de manutenção e reposição de insumos, além de uma política salarial inteiramente defasada e, de outro, na Atenção Primária e na Saúde Mental, uma política de terceirização para Organizações Sociais, iniciada no governo Eduardo Paes que, se de um lado possibilitou uma ampliação da oferta de serviços com a abertura das Clínicas da Família e de Serviços de Saúde Mental, o fez em uma lógica de terceirização da gestão, com contratações de profissionais por Organizações Sociais, sem estabilidade e submetidos a forte assédio moral e exploração no processo de trabalho. Outro ataque ao SUS está configurado com a proposta de mudança na Política Nacional de Atenção Básica, que muda para pior, tornando opcional a existência dos Agentes Comunitários de Saúde e desvirtuando os Núcleos de Apoio de Saúde da Família, os NASF's, tornando insegura a existência de equipes disciplinares (nessa altura, a Senhora Paula interrompeu a leitura, pediu desculpas e disse que vêm convivendo desde agosto com a incerteza, inclusive em relação à manutenção dos serviços, que foi anunciado, no início de agosto, o fechamento de 11 (onze) Unidades de Clínicas da Família na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Disse, ainda, que a prefeitura retrocedeu, voltou atrás nesse movimento do fechamento das Unidades, graças à atuação do Movimento Social e da forte pressão popular; que na verdade, a prefeitura manteve todos os serviços, mas que estavam lá na reunião para fazer um apelo de apoio ao lema “Nenhum Serviço de Saúde a Menos na Cidade do Rio de Janeiro”, porque entendem que o espaço do Conselho Municipal de Saúde é um espaço importante de controle social do SUS. Após agradeceu e foi aplaudida pelos presentes. A seguir, o **conselheiro Geraldo Batista de Oliveira**, Presidente do Conselho Distrital de Saúde da 5.3

disse que o impacto que trouxe o Manifesto que foi levantado na 4.0 Zona Oeste e diante do que foi já proposto para 4.0, fez com que o Conselho Distrital de Saúde da 5.3, juntamente com os moradores de Santa Cruz e os Agentes Comunitários de Saúde e bem como todos os profissionais dos serviços de saúde daquela área ficassem em alerta; pois não vão pactuar com as diretrizes que estão querendo se estabelecer dentro da Secretaria Municipal de Saúde. Acrescentou que o seu Conselho Distrital de Saúde está convocando uma reunião no Hospital Municipal Pedro II com a população e a sociedade civil organizada para discutirem o movimento “Estamos Alerta”; que não querem cortes das equipes, não querem a redução da Saúde Bucal, não querem cortes nos serviços de saúde; querem respeito às propostas aprovadas em Conferências de Saúde; pois, até hoje, não houve o devido respeito a elas, quando de quatro em quatro anos se faz a Conferência é lá que se discute o planejamento e o estabelecimento de regras e no momento em que esses atos deveriam ser postos para a população, os gestores reduzem, suprem alguns serviços e deixam a população em pior estado. Disse que a população de Santa Cruz foi a que fez o maior ganho, o maior avanço na questão do Programa de Saúde da Família, foi a mais beneficiada com aquilo que não tinham há quinze, vinte anos atrás. Que na qualidade de presidente, juntamente com os moradores e a sociedade civil organizada de Santa Cruz não pactuarão com essa redução, com qualquer corte que venha prejudicar não só a assistência, mas também, os trabalhadores de uma região que era tão carente. Concluiu dizendo que estão juntos com a classe de profissionais e com qualquer movimento que seja contra a redução de serviços. Agradeceu e foi aplaudido pelos presentes. A seguir, a **Presidente Fátima Lopes** chamou o **conselheiro Ludugério Antonio da Silva** que com a palavra, cumprimentou a Plenária e a todos os presentes e disse ter 76 (setenta e seis) anos de idade e falou do momento oportuno que estava tendo para falar da Saúde Mental no Brasil. Avançou e falou que não vê um parlamentar sequer defender o que o Ministro da Saúde, que não é da Saúde, planeja no que diz respeito à Reforma da Saúde Mental; que é do Conselho Distrital da AP 5.1 e Presidente da FAMRIO (Federação das Associações de Moradores do Município do Rio de Janeiro) - controle social e que só vê uma saída: a sua proposta é que, a nação brasileira, todos enfim, têm que se unir e dar as mãos para defender a Saúde e, assim, serão a maioria e irem para as ruas. Concluiu e afirmou que conhece as dificuldades dos pacientes que passam pelos CAPS, CAPSI e etc. porque os acompanha no dia a dia; que a Saúde chegou ao fundo do poço e, que ficasse claro, que esse problema vem de outra gestão e que é necessário que se verifique isso. Aplausos. O seguinte a se pronunciar foi o **conselheiro Alexandre Oliveira Telles** que, após cumprimentar a todos, disse que é do Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro e, que, queria fazer um questionamento para a Mesa, porque na reunião passada, haviam aprovado uma nota do Conselho Municipal de Saúde contra o desmonte da Atenção Primária e contra as demissões; que ficou a cargo da Executiva redigi-la, e, até aquele momento, não sabia se essa nota tinha sido feita, pois se tratava de uma deliberação daquela Plenária. Então a **Presidente Fátima Lopes** respondeu a ele dizendo que ainda estava sendo elaborada e ele, o **conselheiro Alexandre Oliveira Telles**, ratificou que se tratava de uma nota já aprovada na última reunião e que havia, portanto, a necessidade de a deliberar, porque é função do controle social se posicionar fortemente contra os ataques que o SUS tem sofrido em todas as esferas. Pede urgência à Executiva nesse sentido. Acrescentou que nós estamos vivenciando o desmonte do SUS em todas as esferas e que na esfera municipal, esse desmonte iniciou-se no mês passado com o fechamento de 11 (onze) Clínicas da Família, na AP 4.0; que graças a pressão social, a mobilização dos trabalhadores da Saúde, a utilização da comunicação comunitária que existe dentro da Atenção Primária, tudo isso foi fundamental para reverter esses fechamentos, mas acredita que não podemos nos desmobilizar. Que

todos, enquanto profissionais de saúde, usuários, controle social, temos que nos manter firmes e vigilantes, porque uma área que não pode ter contenção, uma área que não pode ter cortes de verbas é a área da Saúde. E ainda, que precisamos ter mais verba e, no entanto, vivenciamos um momento de sucateamento do SUS, um sub-financiamento; o Ministério da Saúde nos colocando essas coisas goela abaixo, aprovando o PNAB sem a devida discussão, o Conselho Nacional de Saúde sendo "tratorado" na aprovação dessa política que vai reduzir o número de agentes comunitários de saúde, mudar o modelo da Atenção Primária, ou seja, agora a prefeitura pode ficar entre a Saúde da Família e o modelo tradicional, ou seja, será um grande retrocesso. Então, é necessário um posicionamento firme, a favor do modelo que escolhemos no passado, acertadamente, o modelo da estratégia de Saúde da Família e contra os cortes dos agentes comunitários de saúde, de equipes de Saúde Bucal e de equipes em geral. Os agentes comunitários de saúde são peças fundamentais dessa estratégia, são eles que estão dentro das comunidades, dentro dos territórios, fazendo buscas ativas, levando informações, fazendo cadastramentos, são eles a peça mais íntima da equipe de saúde com os usuários; enfim, eles são a peça fundamental do vínculo. E a estratégia da Saúde de Família pressupõe vínculo. Por fim, fez um apelo para que o Conselho reafirme esse compromisso contra os cortes, contra as demissões, contra os atrasos salariais que vêm ocorrendo, pois é inadmissível ter gente recebendo 30% (trinta por cento), 50% (cinquenta por cento) dos seus salários porque as suas contas não irão esperar. Aplausos. Após, a **conselheira Maria José dos Santos Peixoto** com a palavra, cumprimentou, deu as boas vindas e convidou a todos sempre virem ao Conselho para que possam mudar a política de saúde do município, porque às vezes os conselheiros sozinhos não conseguem mudança no Sistema da Política Municipal do Rio de Janeiro, pois que, a verdade é que sempre falam e falam e ninguém os ouve. Disse que representa o seguimento dos trabalhadores; que o Sindicato estava presente à reunião, mas não representando a sua categoria, e sim, representando todos os profissionais da área de saúde do Município; que queria deixar muito claro que o compromisso dos sindicatos aqui presentes, que não representavam somente a sua categoria profissional e sim todos os trabalhadores, era defender os interesses deles (os trabalhadores) e da sociedade e que os trabalhadores faziam parte dessa sociedade. A conselheira completou dizendo que era isso à que se propunha, quando estava naquele Conselho, a discutir e com o Sindicato dos Assistentes Sociais, seguimento dos trabalhadores, defender o concurso público, defender o não fechamento de qualquer Clínica da Família ou qualquer setor da Saúde ou Unidade de Saúde, que irão reabrir Unidades de Saúde para melhor atender a população e nunca, jamais fechar Unidades para impedir que a população tenha os seus direitos que foram adquiridos na Constituição. Que têm que defender sempre no Conselho, hoje, amanhã e sempre os interesses da sociedade do Rio de Janeiro e dizer que esse governo do Senhor Crivella, é um péssimo governo e não dá para o Conselho suportar os desmando do governo Crivella. Por último, convocou os companheiros que estavam do lado de fora da sala muito embora o auditório não tenha mais espaço para receber confortavelmente, que entrem e ajudá-los a dizer ao Prefeito Crivella que não irão permitir que feche Unidades de Saúde, nem hoje, nem amanhã e nem nunca. Aplausos. Dando seguimento, a **Presidente Fátima Lopes** convocou a **conselheira Elizabeth Guastini** que se apresentou como representante do Sindicato dos Enfermeiros, pelo seguimento da Saúde no Conselho e da CUT no Estado do Rio de Janeiro. Parabenizou os presentes pela presença, pela mobilização que estavam fazendo, porque simplesmente era a força do povo que estava presente e disse que o povo na rua é o que vai, realmente, fazer retroceder essa crueldade que está sendo feita com o Estado do Rio de Janeiro. Contou que trabalha no Hospital dos Servidores e que, como todos viram, faz pouco tempo, caiu sobre as suas cabeças toda essa crueldade; que quanto ao município, querem

fechar leitos, querem fechar Clínicas da Família e que isso é inadmissível; que não conseguem entender o porquê disso, pois ao mesmo tempo que querem fazer tudo isso, querem inaugurar; que os governantes têm que entender que o momento não é de se cortar fitas, o momento não é de aumentar o Sistema de Saúde, fazendo mais Clínicas da Família e, sim, de organizar o que já existe. Nesse momento, quando a conselheira fazia menção às maternidades, houve, no auditório, muita manifestação com gritos de entra e batidas de palmas. Após, continuou falando que aquele tipo de mobilização é o que vai fazer acontecer; que têm que se unir de verdade, para impedir esse desmonte, para impedir que qualquer serviço de saúde seja desmontado, acabe ou não tenha a sua continuidade; pois o que está acontecendo no Estado do Rio de Janeiro é uma vergonha. Acrescentou dizendo que sabiam, muito bem, que é uma coisa de fachada, que quando alguém vai em qualquer lugar, não consegue consulta, não consegue absolutamente nada; que tem andado pelos hospitais e vê as emergências superlotadas, pacientes entubados no meio de corredores. O que está acontecendo não tem a mínima condição de continuar; que é preciso mobilizarem-se, unirem-se, juntarem-se; que o Sindicato dos Enfermeiros, como todos os outros sindicatos, estão de portas abertas para que juntos possam continuar na luta e que não permitirão, em hipótese alguma, que o prefeito ou qualquer outro, reduza a assistência ou o atendimento da população que precisa, pois ninguém tem dinheiro para pagar planos de saúde. Agradeceu e aplausos. A seguir, a **conselheira Miriam Andrade de Souza Lopes** com a palavra disse que a presença de todos no auditório é muito importante e muito boa e gostariam (ela e os demais conselheiros presentes) que, também, participassem das outras reuniões, porque o controle social não se faz presente só naquele momento em que está acontecendo o desmonte de serviços, mas sempre; que o controle social tem reunião, calendário fechado, com hora certa e que acontece sempre naquele auditório; que nós somos o controle social. Por isso, pede aos presentes, estudantes ou não que participassem dele. Por fim, disse que estava muito feliz e que os representantes do seu Sindicato de Auxiliares e Técnicos de Enfermagem do Rio de Janeiro estavam naquela luta; que aquele movimento era da sociedade civil e dos sindicatos que, também, sentam à Mesa de Negociação e que brigam, também, pelo Sistema Único de Saúde. Aplausos. Depois, a **Presidente Fátima Lopes** anunciou a **conselheira Sheila Aguiar Marino** que cumprimentou a Mesa e a todos os companheiros e disse que não se estenderia na sua fala; que é do Sindicato dos Fonoaudiólogos e como sindicato está presente e representando os colaboradores, estavam todos unidos para levar o movimento a frente; que ratifica tudo o que os colegas, anteriormente, haviam falado no que diz respeito à nenhum direito a menos, à saúde para todos, aos direitos iguais, à universalidade e à integralidade na saúde. Finalizou dizendo que as equipes de saúde precisam estar completas, não podem estar desmontadas e agradeceu. Aplausos. A seguinte a ficar com a palavra foi a **conselheira Sonia Maria do Nascimento da Paixão** que cumprimentou a todos e disse “ocupa que está pouco porque está havendo desmonte”; que representa os usuários e, é da “Unegro – União de Negros e Negras para a Igualdade”; que esteve na Conferência Nacional da Saúde da Mulher em Brasília e que lá, não deram sossego ao Ministro da Saúde; não o deixaram falar em momento algum, mediante a manifestação que fizeram; que foi uma manifestação muito linda e que estava na internet. Também, em Brasília, fizeram outro manifesto da “Saúde da Mulher Negra”, porque os que vão perder com o desmonte da Saúde são os que estão nas pontas, os que estão nas favelas, os que vivem nas comunidades, são as mulheres pretas e seus filhos, enfim, é a população. Por isso, lutam por “nenhum direito a menos, nenhuma Clínica da Saúde a menos. Disse, ainda, dirigindo-se em especial para os representantes da Mesa e para os representantes da Saúde, que havia uma O.S. (Organização Social) chamada IABAS que está atrasando os pagamentos dos agentes comunitários de saúde e, também, do pessoal da limpeza

(estes há um mês sem pagamento) e que, era absurdo, os agentes comunitários de saúde, médicos e dentistas não terem pagamento e que país é esse que estamos vivendo. E que, quanto a esse retrocesso “ocupa que está pouco”. Aplausos. O seguinte a falar foi o **Senhor Rubens** que sua irmã e seu pai faleceram. Após, a **Presidente Fátima Lopes** agradeceu e perguntou: quatro anões, quem é? E ouviu-se um nome: Fátima. Uma pessoa ficou com a palavra e cumprimentou a todos e disse que é paciente do CAPSI Franco Basaglia; que estava representando não só o CAPSI Franco Basaglia, mas todos os CAPSI do Rio de Janeiro e que esteve, naquele dia, na Câmara dos Vereadores. E ainda, que a verba para a saúde mental continua diminuindo ano após ano e que em 2018 vai para o vermelho; que não podemos deixar a saúde mental parar. Acrescentou que depende do CAPSI para ter uma vida normal e digna, para poder trabalhar, para poder se alimentar, para ter onde morar; que chegou no CAPSI sem identidade, sem saber quem era, para aonde ia ou de onde vinha; que era formada em Administração e trabalhou em construção civil durante toda uma vida; que ficou desempregada aos 50 anos e ficou velha para trabalhar e jovem para se aposentar; que perdeu tudo: casa, moradia e passou fome e então chegou ao estado de surto; que hoje o que se vê na saúde mental é a insegurança, tiroteios por todos os lados, salários atrasados, funcionários da saúde trabalhando por amor e com amor e que essa situação acaba por mexer com a saúde mental da população. Concluiu dizendo que luta para que não acabem com os CAPSI's em nenhuma Unidade; pois, neles está havendo cortes de luz, água, falta alimentos; que o CAPSI Franco Basaglia, também, sofre com isso: salários atrasados, os funcionários não recebem vale transporte para trabalharem, estão passando necessidades para cuidar de doentes mentais que foram pessoas um dia normais e que essa sociedade discriminou tirando-as, simplesmente, de seus rumos e, que era necessário não deixar a saúde parar, que o CAPSI tem que continuar, não abrindo novos CAPSI's e, sim, mantendo os que já existem, fazendo deles um lugar melhor para os seus usuários. Aplausos e manifestações dos presentes em defesa do SUS. A **Presidente Fátima Lopes** agradeceu e convidou a **Senhora Olga Valéria** para falar, então, com a palavra cumprimentou a todos e disse é bom que todos vieram, que a luta continua. Após, disse que iria ler uma carta esquizofrênica: "Ao Prefeito Crivella, Prefeitura do Rio de Janeiro. Metas e diretrizes urgentes para todos os CAPSI's do Rio de Janeiro. Como pode funcionar bem o que é o modelo de tratamento mental da América Latina? Esse descaso, todo mundo sabe, todo mundo está vendo. Então, Senhor Crivella leia essa carta. Salários dos profissionais em dia, manutenção e conserto, almoço de qualidade em todos os dias úteis, insumos e internet, diárias para vigilantes diários e noturnos, farmácia provida de todos os medicamentos. Me despeço, assim, lembrando ao Senhor que o Senhor disse que a Saúde era sua – a prioridade. Estamos na luta. Estamos sendo muito bem tratados aqui". Por fim, agradeceu por todos os presentes estarem abertos para ele e que continuam na luta. Aplausos. A **Presidente Fátima Lopes** agradeceu e chamou o **Senhor Polideo** que cumprimentou a todos e disse que estava feliz por estar presente e que a luta tem que, além de continuar, aumentar, porque ainda é pouco; que os CAPSI's estão sofrendo, a saúde está sofrendo; que o CAPS Luiz Correia está sem guardas já tem 6 (seis) meses e que até roubaram a televisão; que não sabem se terão comida e que todos sabem dessas precariedades. Finalizou dizendo que tinha uma vida normal até ficar doente e que, durante algum tempo, parecia uma bolinha de ping pong nas internações e que depois que foi para o CAPSI nunca mais foi internado e isso vai fazer 21 (vinte e um) anos; que é preciso conservar e melhorar os CAPSI's que já existem. Aplausos. A seguir, a **Presidente Fátima Lopes** chamou a **Senhora Rejane**, que após ter cumprimentado a todos, disse que é usuária do CAPSI João Ferreira, no Complexo do Alemão e que pede e implora para que o CAPSI não seja fechado, porque foi a sua primeira casa depois do surto que teve, faz 9 ou 10 anos e nem a Clínica da Família e nem os Postos de

Saúde. Acrescentou que teve um plano de saúde que tirou-lhe os ovários sem ter nada e que só tem um filho até hoje. Disse que trabalha na UFRJ, na restauração do Palácio, perto do Hospital do Pinel em Botafogo onde foi fechada a emergência e onde tem o CAPSI Basaglia; que tem uma amiga que trabalha na empresa REAPRO que tem falado com ela das dificuldades que o pessoal do CAPSI tem enfrentado; que essa história de ficar bonitinho, de gravatinha, fazendo fita na televisão não convence, porque lá não vê um maluco surtado passando pelo quatro no horário das sete; que crise epilética é para a gente, para eles não é; lá, está todo mundo comendo, recebendo e no ar condicionado. Disse que tem entrado em depressão; não por causa dos tiros que pegaram o bandido, mas pelos malucos que ficaram e questionou: aonde a mãe, a irmã, a família do bandido vão se tratar? Que não procurou ficar maluca; que o usuário de drogas ou de outras coisas procurou, mas ela não, e a loucura caiu na sua cabeça. O próximo a falar foi o **Senhor Eduardo** que, depois de cumprimentar a todos, disse que é paciente do CAPSad Mané Garrincha, que é dependente químico em recuperação; que faz 5 (cinco) anos que não faz uso de drogas; que mora na rua desde os 27 (vinte e sete) anos de idade; que a importância do CAPS é pelo serviço que faz, ressocializando pessoas; que o CAPS o inseriu na sociedade. Disse que tem 5 (cinco) tiros no corpo, várias passagens como delinquente de menor até a maior idade e que, depois de conhecer o CAPS, trabalha, cata papelão, sustenta a família, já comprou uma casa e faz parte do projeto “Vai para a prevenção”; que tem todos os documentos e que é um membro produtivo na sociedade. Acrescentou que quando falaram que cortaram a luz no CAPS, não cortaram a luz, cortaram vidas, porque todo o tempo que têm para ficar lá dentro é um tempo em que pensam em produtividade, em fazer alguma coisa boa, produzir algo, não só para si. Após, descreveu a situação de uma pessoa que viveu a vida toda pela violência, na rua desde os 7 (sete) anos de idade, que a mãe morreu quando tinha 12 (doze) anos de idade e foi criado totalmente dentro da violência. Falou que no CAPS não descobriu somente um tratamento, descobriu pessoas que o amam; que aprendeu a amar e, hoje em dia, a ser pai. Disse que tem dois filhos que foram adotados dos quais não tem notícias; que tem quatro filhas que estavam no abrigo e que, hoje, com a ajuda dos profissionais, com a boa vontade que tem, com a ajuda do seu poder superior, mora com elas e que já é avô. E, ainda, que a Justiça determinou que ele não poderia ser pai, porém hoje, faz parte de um projeto que lhe proporciona prazer; que esse projeto trabalha com pessoas em vulnerabilidade; que vai às cracolândias e a lugares aonde os agentes comunitários não vão para ser um braço a mais a ajudá-los e a fazer um encontro. Que tudo isso aconteceu porque o CAPS estava de portas abertas e quando fecham um CAPS, fecham também uma oportunidade, uma integração, tiram o direito a muitas pessoas de viverem, de curtirem a vida. Disse que, hoje, viaja; que ama a sua família e que se ama também; que só aprendeu a amar após ter conhecido a equipe do CAPS e, que em todos os lugares que vai é bem recebido e consegue entrar de cabeça erguida; que é atleta, é faixa roxa de jiu jitsu, faz luta livre, treina dentro do Batalhão de Choque da Polícia Militar, que é ex-presidiário e venceu todas essas batalhas porque deram a ele uma oportunidade. Os presentes o aplaudiram e a próxima a ter palavra foi a **Senhora Josefa**, que depois de cumprimentar os companheiros e companheiras, disse que estava lá em nome do CAPS João Ferreira; que, também, era dependente; que chegou ao CAPS João Ferreira porque só pensava em se matar, porque a violência tirou a vida de um filho seu; só pensava em se afogar, em se atirar em frente a um carro; que são muitas as pessoas dependentes; são muitas as pessoas com problemas; que só passa na televisão a guerra, não passa que quando morre um, ficam dez doidos; e que o CAPS João Ferreira e todos os outros CAPS aqui representados ficam de portas abertas com amor, carinho, enquanto a família a despreza, a chama de doida, de maluca, não a vê com bons olhos, não acredita naquilo que fala; porque toma remédios, a tratam



como louca e que foi no CAPS que encontrou amor, da doutora, da diretora até os faxineiros; que lá todos amam; que come e almoça no CAPS. Pediu que não tirem a comida do CAPS, porque muita gente precisa dessa comida. Por fim, disse que o Senhor Governador e o Senhor Prefeito e todos os bacanas que estão lá em cima de colarinho branco não sabem que, naquele dia, ela comeu pão com manteiga no CAPS, mas acreditava que eles não comeram e nem deram pão com manteiga aos filhos; que olhem pelas pessoas, porque elas são vidas e moram em comunidade carente. Pediu aos mesários que falem para as autoridades que, em época de eleição, as autoridades entram na comunidade pedindo votos e que são os pobres, os pretos, os negros, os analfabetos é que votam neles todos. E, nesse momento, ouviram-se aplausos. A **Presidente Fátima Lopes** agradeceu a todos os inscritos e anunciou que o Secretário Executivo David Lima fará a leitura de uma carta com teor que diz respeito ao conteúdo aqui falado e, ainda achava, que nela, há a valorização de todas as falas aqui apresentadas. Então, o **Secretário Executivo David Lima** disse que se tratava de um ofício que foi encaminhado ao Prefeito pelo Conselho Distrital da AP 3.2 e que o Conselho Municipal de Saúde acatou de imediato, assim que tomou conhecimento dele; que definitivamente aqui é a casa do povo, a verdadeira casa do povo; que os conselheiros de saúde dessa cidade não estão parados desde que tudo aquilo havia começado; que diferentemente dos políticos, os conselheiros não vão para a TV dizer o que estão fazendo e nem vem um jornal para entrevistá-los; que os conselheiros, muitas vezes, trabalham no anonimato e que, desde que começou toda essa crise, os conselheiros estão atentos; que os conselheiros presidentes de todos os conselhos têm tido a porta aberta do Gabinete do Secretário de Saúde para tratar desses assuntos, têm discutido sobre eles e levado para a Secretaria a ansiedade de todos; que os Conselhos de Saúde não estão parados, apenas não têm meios de divulgar o trabalho que fazem e que muitas vezes, vêm as crises e elas passam e ninguém fica sabendo que elas passaram porque houve a ação dos conselheiros para evitá-las. Após, o **Secretário Executivo David Lima** deu início à leitura da carta dizendo que foi endereçada ao Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro, com o seguinte teor: Conselho Distrital da AP. 3.2, no cumprimento do papel que exerce na representação do controle social e na defesa dos direitos garantidos pelo Sistema Único de Saúde informa: considerando que aproximadamente há dois anos a Comunidade do Jacarezinho e adjacências e os equipamentos que nele atuam vive uma constante situação de violência urbana, com incursões policiais e confrontos com intensos tiroteios, houve um agravamento desde a última sexta-feira, dia 11 de agosto de 2017, após a morte de um policial da CORE, durante a incursão da polícia. Esse fato ocasionou uma situação que chamamos de guerra urbana, que já está no seu sexto dia com operações policiais frequentes, tiroteios, blindados, os chamados "caveirões", helicópteros atirando de cima para baixo, bombas, granadas, incêndios, invasão a domicílio ocasionando pânico na população, feridos, mortos, fechamento de escolas e comércio, toque de recolher, prejuízo ao funcionamento das Unidades de Saúde, restrição no direito de ir e vir da população. Nesse momento, o **Secretário Executivo David Lima** interrompeu a leitura e disse que, aqui, o que estava sendo ligado ao Jacarezinho, se fôssemos olhar, está em outras tantas comunidades nessa cidade; que aquilo era só um exemplo. E continuou com a leitura: "...considerando tratar-se de uma Comunidade com poucas ofertas de serviços públicos, dos serviços de saúde, poucas escolas, creches fora da comunidade, que os serviços de apoio à população, voltados para a juventude foram fechados no último ano, que não há projetos ou serviços de esporte, lazer, cultura ou oportunidades de geração de empregos e renda, fica evidente que a situação de vulnerabilidade da população da comunidade só se agrava. Considerando que a estratégia de Saúde da Família tem como objetivo atuar na promoção, prevenção e assistência à saúde, cuidando das pessoas de forma integral, entendendo que saúde não é apenas a ausência de doenças,

ressalta-se que os profissionais da Atenção Primária são agentes potencializadores do resgate em exercício da cidadania desta população. Para manter a continuidade e garantia dos serviços, entende-se como necessário, que esta Prefeitura apresente propostas e medidas imediatas que possibilitem o bom funcionamento dos serviços de forma integral e segura aos usuários e seus trabalhadores. Dito isto, encaminhamos, com necessidade territorial os seguintes pontos: diálogo entre a Prefeitura e a Secretaria Estadual de Segurança Pública, buscando que a mesma reconheça que dentro do território tem cidadãos providos de direitos e que a abordagem policial deve ser repensada na perspectiva de preservar a vida da população e a segurança dos serviços aqui prestados, garantindo o funcionamento das Unidades de Saúde, ofertas de serviços, pois trata-se da porta de entrada principal para o Sistema Único de Saúde. Dado isso, torna-se imprescindível não reduzir o número de equipes, nem de profanar de todas as categorias, em especial dos agentes comunitários de saúde que são elo fundamental entre as Unidades Básicas de Saúde e a população. Destaca-se, ainda, a necessidade da ampliação das equipes de Saúde Bucal e do Núcleo de Apoio de Saúde da Família NASF, considerando a situação de vulnerabilidade do território. Oferta de Ações de Cuidar da Saúde do Trabalhador, uma vez que a violência no território tem provocado sofrimento e adoecimento nos trabalhadores. Já se sabe que quando há profissionais cuidados e valorizados se reduz os afastamentos por doenças e rotatividade dos mesmos, além de contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços prestados e maior satisfação e motivação para o trabalho. Diante da necessidade de garantia da equidade, solicitando a oferta de serviços de lazer, esporte, cultura neste território para fomentar a inclusão, contribuir para diminuição da vulnerabilidade e promover o desenvolvimento social. Esta carta foi elaborada e aprovada em plenário ordinário do Conselho Distrital de Saúde da Área Programática da 3.2, ocorrida no dia de hoje, com a presença de 120 (cento e vinte) representantes do Controle Social. Naquele momento, alguém interrompeu a fala do Secretário Executivo David Lima dizendo que em momento nenhum, a carta que foi lida falou de saúde mental, em momento nenhum falou de CAPSI, de Unidade de Saúde Mental, que o fundamental era a saúde mental e que, mais uma vez, foram excluídos, que na reunião que houve na Câmara ficou bem claro que, ano a ano, vem caindo, a verba para a saúde mental e que para o ano que vem a saúde mental estará no vermelho. Então, o **Secretário Executivo David Lima** disse que aquela carta falava da questão de serviços de saúde e que havia colocado que aquela carta era uma carta com um problema específico, mas que servia para todas as áreas da Cidade porque os problemas eram os mesmos e ficava evidente que aquele tipo de serviço, também, abrangia a questão da saúde mental; que os conselheiros estão fazendo tudo o que está ao alcance deles, ou seja, cobram, discutem, negociam com a Secretaria, tentam pressionar o Prefeito. Enfim, fazem o seu papel. Prosseguiu dizendo que era evidente que a luta da saúde mental estava agregada às preocupações dos conselheiros e que, também, era preciso que, cada um daqueles que lá estavam, pressionassem os seus representantes na Câmara de Vereadores e na Assembléia Legislativa; que o Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro abriu as portas para que fossem ouvidos (os que estavam na luta pela saúde mental), como deve abrir, ouviu os anseios deles, informou que já tinha ciência daquilo e, de que tem que tomar providências em relação ao que lhes cabe. Após a **Presidente Fátima Lopes** chamou a **conselheira Maria José dos Santos Peixoto** dizendo que a carta estava boa; mas que estava muito regionalizada; que é um documento que confirmava que o Conselho estava cobrando do Poder Público, do Senhor Crivella, que nenhuma Unidade de Saúde seja fechada, assim como setores de Alimentação adequados para a Comunidade de Saúde daquele local e que o serviço de Saúde Mental seja garantido, porque estávamos vendo o Hospital Rocha Maia, o Hospital Pinel sendo fechados e que tudo aquilo era uma vergonha.

Acrescentou que têm que se reunir no Conselho de Saúde para cobrar tudo aquilo que está na Constituição e na lei Orgânica do Município. Após, questionou: se não pudermos falar nesse ambiente que é nosso, que é de todos nós, aonde vamos falar? No Gabinete do Prefeito, que não recebe ninguém? Aplausos e manifestações de apoio. Prosseguindo, disse, ainda, que naquele Conselho não abria mão de um milímetro, porque desde que entrou no Conselho Municipal lutou pelo interesse da população da Cidade do Rio de Janeiro e do Estado do Rio de Janeiro, porque copiava é com o pessoal; que esse "cara" que só faz mal ao Estado, é matador da sociedade e não responde a nenhum processo por isso. E bradou, "fora com todos os governos incompetentes e ilegítimos". Aplausos. Depois, o **conselheiro Alexandre Oliveira Telles**, com a palavra, disse que na reunião passada, haviam deliberado um documento no Conselho Municipal de Saúde contra o fechamento das Clínicas, contra as demissões, contra o desmonte do SUS; que foi uma proposta voltada para a Atenção Primária e que naquele momento, sugeria que naquela carta, também, seja incluída a saúde mental. O seguinte a fazer a sua proposta foi o **conselheiro Geraldo Batista de Oliveira** dizendo que quando chamou a atenção na votação da pauta, queria chamar a atenção para o fato de que o item 3 da referida pauta referia-se à Políticas Públicas de Saúde e, o que tinham visto na reunião é que o assunto era saúde mental; que, inclusive, havia trazido duas denúncias que já tinham sido encaminhadas ao Gabinete. Propôs, então, que a Executiva do Conselho Municipal, quando for elaborar as pautas, ouça mais os conselheiros, pergunte a eles o que realmente está acontecendo, para que as pautas sejam mais específicas; porque, diante do momento de saúde que estamos vivendo, diante dos problemas que estão aí fora, propor no quarto ponto falar em Políticas Públicas de Saúde (30 minutos) é perder muito tempo e quando for. Enfim, que os Presidentes dos Conselhos procurem interagir e não fiquem tão distantes a ponto de se elaborar uma pauta tão vazia e tão generalizada. Aplausos. A seguir, **Presidente Fátima Lopes** disse que já tinha aberto 20 (vinte) inscrições; que todos já haviam falado; que já houve as considerações e que propunha aos conselheiros que votassem na proposta do Alexandre (ouviu-se, então, muita gente falando ao mesmo tempo), e prosseguiu dizendo que a proposta do Alexandre é que se incluía naquele documento, também, proposta da saúde mental. Que vão enviar ao Ministério Público, ao Prefeito e a quem é de direito. Perguntou a todos que podiam fazer assim. Logo após, passou a palavra para alguém que se identificou como Mariana Regina de Mesquita informando que mora da Rocinha; que foi "paqueta" da Xuxa, que vê tiroteios a toda a hora, a todo o momento, que ajuda todo mundo dentro do CAPS; que é agredida todos os dias pelos usuários do CAPS; que lava; que faz tudo, que corre atrás; fala com bandido; vai à Prefeitura; luta pelos ideais de todos e que a guerra está apenas começando. E, ainda, que não esperava ir até lá para mostrar por tudo o que passa; que está na luta e irá lutar por todos os CAPS. Desejou a todos felicidades e que o Senhor Jesus os abençoasse e se depender dela a guerra só começou e agradeceu. Aplausos. Dando sequência, a **Presidente Fátima Lopes** disse que o **conselheiro Jaciano Gomes Santiago** daria o fechamento do desdobramento de toda aquela fala. Então, o conselheiro depois de cumprimentar a todos disse que era substituto do Secretário no Conselho Municipal de Saúde e dirigiu-se a alguém da plenária informando a essa pessoa que ela gostaria que o Secretário estivesse na reunião, mas que infelizmente. Nesse momento sua fala é interrompida. Ao retomar a palavra disse àquela pessoa que era a primeira vez que ele (o Secretário) a via no Conselho e que o Secretário de Saúde já esteve aqui, desde o início do ano. Que o primeiro Secretário Carlos Eduardo esteve 2 (duas) vezes e o Dr. Marco Antonio já esteve em 3 (três) reuniões. Então ele tem sido presente. Complementou informando que o Secretário não pode comparecer a todas as reuniões e que por isso, o colocou como seu substituto; que o Secretário tem uma agenda que as vezes não permite que esteja presente, mas o

colocou aqui para responder por ele. Que é como o Secretário Executivo David Lima disse, que aqui é a casa do povo e, é com muita satisfação que vê casa cheia e gostaria que estivesse sempre assim e não em reuniões pontuais. Que se fosse rotina ter a casa cheia durante todas as reuniões, talvez algumas questões colocadas naquele momento já tivessem sido elucidadas pela maioria, porque alguns assuntos já foram discutidos. O Conselho Municipal e o Conselho Distrital sempre trazem a preocupação com a Saúde, com as Unidades, com os profissionais, com os usuários e tem sido constante a luta dos Conselhos nessa crise pela qual estamos passando. O Secretário, com certeza, tem a bandeira “nenhum serviço a menos”, até porque o próprio Prefeito disse que não iria fechar nenhuma Unidade, ele se comprometeu com isso. Os presentes manifestaram-se gritando “Nenhum serviço a menos” e o **conselheiro Jaciano Gomes Santiago** disse que aquilo era o controle social e que têm que respeitar a fala das pessoas, assim como todos aqui respeitam quem quer que esteja, pediu por gentileza que respeitassem sua fala. Em seguida, falou que naquele dia, na Câmara Municipal teve a apresentação da prestação de contas do primeiro quadrimestre e que, lá, não foi dito que a saúde mental não terá orçamento no próximo ano; que os gráficos mostraram a diminuição até agora; que a PLDO está sendo construída para 2018/2021; então, não é verdadeira, a informação de que os recursos, a partir do ano que vem, estarão diminuídos. Disse que, quanto ao fato de se estar inaugurando Clínicas no meio de tanta crise, essas Clínicas que foram inauguradas, citadas na prestação de contas, naquele dia, são Clínicas que estavam praticamente prontas, com as equipes já contratadas na gestão anterior e, que, por isso, foram inauguradas, porque os recursos já tinham sido gastos. Então, não se está construindo equipes de Clínicas em momento de crise, apenas essas equipes, contratadas na gestão anterior, estarão no lugar correto, para que possam ter um lugar digno para o atendimento e para atender, também, a população para a qual foi designada. Com relação aos salários, disse que têm um problema com o descontingenciamento na Secretaria de Fazenda, que faz com que os repasses se atrasem um pouco, mas que isso estava sendo regularizado e que em algumas áreas já foi regularizado, mas não na totalidade. Que a Secretaria juntamente com a Fazenda tem trabalhado para que essa burocracia seja menor e para que, nos próximos meses, não haja mais esse impacto. Por fim, respondendo a uma pergunta, disse que o descontingenciamento funcionava de outra forma; que quando uma nova gestão assume, ela assume com déficit orçamentário; que naquele dia, foi dito na Câmara pelo Secretário, que precisaria de R\$ 800.000.000,00 (oitocentos milhões de reais) para fechar o ano; que desses R\$ 800.000.000,00 (oitocentos milhões de reais), R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) estão precisando de descontingenciamento, R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) estão bloqueados e R\$ 170.000.000,00 (cento e setenta milhões de reais) precisa de dinheiro novo para fechar o ano. Então, em cima do déficit do início o ano, agora para fechar estamos, só, com R\$ 170.000.000,00 (cento e setenta milhões de reais) que faltam no caixa para fechar o ano. Após, a **Presidente Fátima Lopes** agradeceu ao conselheiro Jaciano Santiago dizendo que o Conselho havia sido procurado para que fizesse essa pauta e ela foi feita por solicitação, que vão construir esse documento abrangendo todas as reivindicações. Houve, nesse momento, interrupção por parte da **conselheira Maria José dos Santos Peixoto** dizendo estar pouca esclarecida quanto aos salários dos trabalhadores e queria que fosse firmado, aqui, pelo gestor presente, quando irá pagar aos trabalhadores. A **Presidente Fátima Lopes**, então, falou que o conselheiro Jaciano Santiago disse que não havia, aqui, ninguém do Setor Financeiro para poder lhe responder. Assim sendo, a **conselheira Maria José dos Santos Peixoto** pediu a palavra e disse que estavam aqui porque o papel do Controle Social daquele Conselho e dos 10 (dez) Conselhos Distritais é controlar, é saber como estão funcionando as instituições de

saúde. E, questionou o fato de que se não estão pagando os trabalhadores, por que só agora aquele Conselho está tendo conhecimento desse acontecimento? Seria porque os trabalhadores estavam lá. Afirmou que o Conselho tem que saber e a mesa diretora precisa passar para os conselheiros as demandas do que está acontecendo nos 10 (dez) Conselhos Distritais e em todas as instituições de saúde do Município do Rio de Janeiro. Concluiu dizendo que não podia ficar sendo uma conselheira enganada e que o Conselho tem que ter a seriedade de discutir com o representante do Secretário Municipal de Saúde e saber quando vai pagar os trabalhadores; que a questão de onde irá sair o dinheiro para isso não é da competência do Conselho e sim do gestor; então, que ele cumpra com os seus deveres. Aplausos. A **Presidente Fátima Lopes** disse que, além desse documento que os Conselheiros vão construir no Colegiado municipal, solicita a sensibilidade de todos os representantes de categorias que se juntem aos profissionais para as reivindicações futuras. Dando seguimento à pauta, o **conselheiro Jaciano Santiago** anunciou a apresentação sobre as Políticas Públicas de Saúde pela Dra. Denise Torreão, que foi substituída pela fonoaudióloga Maria Cristina Barbosa que cumprimentou a todos e disse que lhe deram a missão de falar sobre aquele tema. Então, pediu a atenção de todos e deu início a apresentação. Ao fim da apresentação, recebeu parabéns e o agradecimento da Presidente Fátima Lopes que, depois, anunciou as pessoas que queriam esclarecimentos e o **conselheiro Geraldo Batista de Oliveira** foi o primeiro e disse que mora na ponta; em Santa Cruz; que vem de uma área de difícil acesso, até mesmo de condução e que, com relação à questão das cadeiras de roda e muletas, assunto freqüente nas associações, não entende por que em Santa Cruz há um Centro de Reabilitação agregado à Subsecretaria Municipal de Desenvolvimento Social. Que lá, há várias crianças com os mais diversos problemas, inclusive de audição; que essas crianças são encaminhadas para hospitais longe dali e pediu para imaginarmos uma mãe ter que pegar uma filha com dezoito anos de idade, obesa, que infelizmente a criança especial sofre dessa patologia e tê-la que trazer para o Maracanã ou levá-la para a Barra da Tijuca para fazer tratamento. Disse que é isso que ocorre naquela área, embora seja a área com a maior cobertura de Saúde da Família; que se perguntar para um agente comunitário de saúde onde se pode conseguir esse tipo de serviço, mesmo sabendo que ele não vai ter essa informação. Então, acha que é o momento de a Secretaria ter um melhor planejamento na questão da informação dos serviços que presta à população, porque ficou surpreso com tanto serviço disponibilizado e tanta dificuldade para acessar esse serviço e que para concluir pergunta porque, até hoje, não foi implantado os serviços de fonoaudiologia nas emergências das Unidades de Saúde e dos hospitais, já que existe uma Lei Federal e, uma médica fez esse projeto, que passou em conferência. A seguinte foi a **Senhora Yeda** informando que é fundadora do Conselho Distrital da AP 3.2 e desse Conselho, que sofreu um acidente no Conselho dos Deficientes do Rio de Janeiro. Então toda a segunda quarta-feira do mês temos reunião na Central do Brasil e, convido você para comparecer amanhã as 14 horas. Após a **conselheira Sonia Maria do Nascimento da Paixão** com a palavra dizendo que se não lutarem, perderão todos os direitos que, duramente, foram conquistados desde a Oitava Conferência Municipal de Saúde. Que trazia uma observação: que em 11 de julho, houve aqui uma Plenária em que se falou sobre o aumento dos NASF e que agora, haviam recebido a pauta e estavam aqui para defendê-los, porque querem acabar com eles; que essa era a triste realidade. Continuou falando que em 11 de julho pediu um NASF para a sua comunidade e um consultório de rua para a AP 5.2; que comemoraram e agora estava aqui discutindo o desmonte que pretendem fazer; que luta e tem esperança, mas a realidade é muito triste. Disse, ainda, que tem um sobrinho que fez um tratamento com uma fonoaudióloga no Garfield de Almeida; que teve sucesso no tratamento, mas queria saber por que em Bangu tem a oficina de

libras e em Campo Grande não tem; que trabalha no Sindicato dos Comerciários e lá chegam muitos comerciários surdos-mudos e que o pessoal do Sindicato não sabe como falar com eles. Por fim, acrescentou que gostaria que em Campo Grande tivesse consultórios de rua, cobertura de imagens, oficina de libras e que tudo isso melhoraria muito a qualidade de vida das pessoas, até porque na rede particular tem fonoaudiólogos. Depois, a **fonoaudióloga Maria Cristina Barbosa**, com a palavra, disse que, quanto à pergunta do conselheiro Geraldo Batista, como já havia colocado, existem os Centros Municipais de Reabilitação, o de Bangu (o qual tem muito orgulho de praticamente o ter inaugurado) começou com o CER em 2015 e foi Coordenadora dele até ir para a AP 2.2 para ser diretora do Oscar Clark. Disse, também, que em Bangu há crianças, pessoas com deficiência e amputados; que fazem um trabalho muito bacana com amputados com a colocação de próteses neles; que é muito emocionante ver uma pessoa chegar amputada, jovem amputado por moto, por diabetes, sentado em uma cadeira de rodas e de repente o ver de pé andando, que se aprende muito com eles, com a luta deles. Continuou falando que a AP 5.1 recebe paciente da AP 5.2 e AP 5.3 e que os agendamentos são feitos pelo SISREG na modalidade de reabilitação; que, embora sabendo que as vezes é difícil essa informação chegar na ponta, elas estão na plataforma SUBPAV, inclusive aberta a qualquer pessoa e não só aos funcionários, sendo que para acessá-las é só se cadastrar. As áreas 5.1, 5.2 e 5.3 são atendidas no PAM Bangu e que a Oficina de Libras acontece no PAM Bangu porque foi uma iniciativa dela, da sua militância pela causa SUS e que somente depois da necessidade dada pela legislação é que virou uma prática dos Centros de Reabilitação dispor de oficinas de libras para capacitação dos profissionais, porque conforme disposição legal, o surdo também tem o direito de se comunicar. A Oficina de Libras que acontece no Oscar Clark, também, foi uma iniciativa dela por conta dessa necessidade; que os Centros de Reabilitação contam com esse serviço que é gratuito e aberto, não só para os profissionais, mas, também, para quem tiver interesse, não sendo preciso fazer inscrição prévia, é chegar e participar. A Unidade na AP 4.0 atende a AP 4.0, AP 3.1, AP 3.2 e AP 3.3 e todas as outras áreas são atendidas no Oscar Clark. Ao fim, respondendo ao conselheiro Geraldo Batista de Oliveira, disse que trata-se de outro equipamento; que não é da Saúde. É um equipamento da Subsecretaria da Pessoa com Deficiência que, também, faz atendimento em fonoaudiologia, mas não está no SISREG; que não tem propriedade para falar dele porque não pertence a sua Secretaria e, sim, a Secretaria da Pessoa com Deficiência e achava que o agendamento é feito no local onde são prestados os serviços. A seguir, **alguém que não se identificou**, disse que queria justificar o fato de a conselheira Denise Torreão ter tido um compromisso em Salvador, pois estava participando de um Congresso Internacional de fonoaudiologia, e que representa o Conselho Nacional de Saúde além da própria fonoaudiologia. Disse, que a Dra. Cristina, gentilmente e brilhantemente, não substituindo, se prontificou a apresentar o seu trabalho e as experiências que tem; que faz parte do IOC; é uma profissional de ponta e que era com grande satisfação que a trazia aqui para que pudessem tirar as dúvidas. Acrescentou que quando vai aos Conselhos, aos Congressos e Conferências briga para que as equipes sejam multiprofissionais, para que tenham fonoaudiólogos nos hospitais, nas emergências, nos CTI's e nos atendimentos ambulatoriais; que, por vezes, as pessoas a questionam por que está pedindo fonoaudiólogo; que as pessoas desconhecem a área de atuação dessa profissão; que se trata de uma profissão nova e que ainda está bastante limitada em vagas de concursos; que se vê, proporcionalmente, médicos, enfermeiros, auxiliares e agora agentes comunitários garantindo o seu lugar, mas que não vê ninguém levantar a bandeira do fonoaudiólogo e ele, cada vez mais, se faz presente e necessário para a comunicação tanto na parte da educação, da protetização auditiva, na prevenção e em todas as questões que aqui foram colocadas. Que a questão de não haver

profissionais, é uma questão que não depende deles (dos profissionais) e nem mesmo do sindicato, depende de uma estrutura e muito mais dos usuários reclamarem o direito de atenção do fonoaudiólogo nas equipes e isso é a universalidade, integralidade dos serviços. Prosseguiu dizendo que, sempre em suas propostas, nas Conferências, constam a ampliação dos serviços, a melhoria da qualidade e mais atendimento; que na parte auditiva têm uma grande procura e que, infelizmente, alguns serviços ainda estão terceirizados; que a Dra. Cristina e outras fonoaudiólogas irão até lá para tirar algumas dúvidas e levantar nos presentes a preocupação de equipes completas. Depois, dirigiu-se à Dra. Cristina e agradeceu. A **conselheira Maria José dos Santos Peixoto** perguntou como chegar até a instituição? Como o usuário chega até o serviço de fonoaudiologia, de fisioterapia? Na opinião da conselheira para a pessoa que está dentro da discussão é fácil, mas para o cidadão comum que trabalha 8 (oito) horas de serviço por dia, chega em casa com fome, toma banho e vai dormir, vai sentir dor é difícil; ele não sabe como procurar o serviço de saúde. Disse que é preciso ter uma linguagem simples, que seja acessível à sociedade; que a Cristina é uma técnica e eles, lá, são os conselheiros, mas quantos usuários há, que não sabem nem que existe aquele Conselho? Que devem começar a baixar a bola e trabalhar para o povo, porque quando o povo precisa do tal SISREG, o povo não consegue e que isso é falta de uma boa condução do Sistema Único de Saúde. O **conselheiro Ludugério Antonio da Silva**, último inscrito, disse que a Dra. Maria Cristina trabalhou longos anos na área dele e pede a ajuda de todos os presentes para que a doutora tenha a infraestrutura necessária para exercer de fato o papel com as pessoas que necessitam. Então a **Fonoaudióloga Maria Cristina Barbosa**, disse que respondendo a pergunta da **conselheira Maria José dos Santos Peixoto**, conforme já havia explicado, são vários os serviços que têm; que a maioria deles está no SISREG e o profissional que faz a inserção desse serviço, deve procurar essas modalidades: reabilitação auditiva, reabilitação visual, reabilitação neurológica e reabilitação em amputações. Que o serviço de dispensação de bolsas de colostomia não está no SISREG pela emergência da necessidade que existe, pois muitas vezes o paciente não pode esperar. Disse, ainda, que faz tempo que é profissional de saúde e que ama o SISREG, porque, embora tenha deficiências, ele democratiza o acesso; que não tem aquela coisa do amigo do amigo, o agendamento é feito pela Unidade Primária e ninguém vai chegar à porta dela pedindo vaga para o vereador tal, para o deputado tal; que é a Unidade de Saúde que irá agendar; que sabe que podem ter uma deficiência de profissional ou, talvez, uma deficiência em um serviço, mas o SISREG universaliza o acesso; que o profissional de saúde viu que uma pessoa sofreu um AV, imediatamente ele sinaliza que é um caso mais urgente, porque o paciente não pode perder tempo e fazem essa interação. E, ainda, que esse link que a Reabilitação tem com a Clínica da Família é muito importante, porque é através desse link que se consegue resolver questões que, às vezes, ficam emperradas com a burocracia; que na maioria dos atendimentos, o acesso é feito pelo SISREG, porém alguns serviços não, como o caso da bolsa de colostomia e a dispensação dos meios auxiliares de locomoção, porque, por exemplo, para se dispensar uma cadeira de rodas, ela precisa ter um encosto correto, o tamanho da perna e dos joelhos corretos e, é a terapeuta ocupacional que faz esse trabalho maravilhoso para poder dispensar o equipamento certo para o paciente. Já a dispensação de próteses de membros é agendado pelo SISREG, porque trata-se de reabilitação em amputação; que reabilitação não quer dizer que se vai protetizar, não é qualquer pessoa que foi amputada que vai poder protetizar. A reabilitação passa pela autonomia, pelo grau de autonomia que o terapeuta irá conseguir dar àquele paciente. O paciente amputado, às vezes, vai chegar a um processo de reabilitação em que vai aprender a se virar sozinho, na autonomia dele, de passar da cadeira para a cama, da cadeira para o banho, mas

ele não vai conseguir ficar de pé, de muletas, por outros comprometimentos de saúde que ele tenha, outras intercorrências, para poder colocar uma prótese e caminhar. Finalizando, disse que uma prótese é um investimento muito caro, que tem que ser dado com muita consciência; pois não adianta dispensar esse equipamento para uma pessoa que não vai usá-lo e deixar de dar outras coisas para a população; que temos que ter muita consciência no que se faz e que a reabilitação em amputações, também, é feita pelo agendamento no SISREG e o acesso é basicamente nas áreas programáticas que ela já explicou. Após, **Presidente Fátima Lopes** agradeceu e chamou a **conselheira Cristina Veneu** que assumiu o microfone agradecendo muito a **Dra. Maria Cristina** em nome da Comissão de Educação Permanente; dizendo que achava importante falar da formação da **Dra. Maria Cristina** que tem Faculdade em Reabilitação, é pós-graduada em Psicopedagogia, tem a formação nas Libras pela UFF, passou pelo CER da Policlínica Manoel Guilherme da Silveira em Bangu e que, agora, está no Oscar Clark. Novamente agradeceu por ter vindo e ter se manifestado, pois a causa dela é a causa do SUS e que todos querem vê-la mais vezes aqui. Dando continuidade, a **Presidente Fátima Lopes** passou para o **ponto cinco da pauta**: Comissões do Conselho Municipal de Saúde que foram elencadas pelo **conselheiro Jaciano Gomes Santiago**. A **conselheira Maria Angélica de Souza** da Comissão de Saúde do Trabalhador, com a palavra cumprimentou a todos e lembrou que as reuniões são sempre pré-agendadas e quem falta às reuniões poderá ser excluído, até para que se cumpra o que dispõe o regimento. Acrescentou que falaria da Comissão de Saúde do Trabalhador e da Comissão Intersectorial de Saúde do Trabalhador e que, conforme já foi aprovado em Plenária anterior, irão realizar o 1º Seminário da Saúde do Trabalhador do Município do Rio de Janeiro em 05 de outubro de 2017 e o tema central desse Seminário será Políticas Públicas de Saúde do Trabalhador, Controle Social, Retrocessos, Avanços e Desafios. Disse, também, que nesse Seminário foram disponibilizadas 20 (vinte) vagas para cada Conselho Distrital, 20 (vinte) vagas para o Conselho Municipal, vagas para convidados, vagas para representações; que encaminharão convites para os representantes dos trabalhadores e que a Secretaria Executiva encaminhará e-mails para os Presidentes dos Conselhos para que eles informem os nomes dos seus participantes para discutirem a saúde do trabalhador. Afirmou que a saúde do trabalhador não é pessoal é de interesse de todos, porque todos são trabalhadores sejam formais ou informais; que atualmente vivemos um momento de violência que afeta o trabalhador e que tudo será discutido; que é necessária a participação de todos nessa discussão e que estão na defesa da saúde do trabalhador. Que tomaram conhecimento que os PSD deixaram de ser responsabilidade da Secretaria de Vigilância Sanitária, através do próprio novo fluxo que foi apresentado anteriormente. Que só existiam 2 CEREST's um na Tijuca e outro no Centro da Cidade do Rio de Janeiro; que, com essa questão, uma das propostas levantadas é que se ampliem para 5 CEREST's e que cada CEREST cubra 2 (duas) áreas; que, até mesmo para a Vigilância assumir a ampliação desses CEREST's será inaugurado, agora, o CEREST 3, que está localizado em Bangu. A Coordenadora é a Dra. Geórgia Prata e fica na Rua Silva Cardoso, 349, na Administração Regional do Bangu. Explicou que a Saúde Básica é a responsável pela linha de cuidar, é a primeira porta de acesso; que nesse Seminário, discutirão e lutarão para que o fluxo de atendimento do trabalhador chegue ao CEREST e possa colher dados para que possam saber a real situação da saúde do trabalhador; que serão discutidos os vários assuntos relacionados a saúde do trabalhador e cada um apresentará a realidade do trabalhador em sua área. Convidou a todos para que estejam presentes no Seminário, dia 5 de outubro de 2017, das 8 às 17 horas, no Sindicato dos Comerciantes, Espaço do Trabalhador, rua André Cavalcanti, 33, no Bairro de Fátima. Disse tratar-se de um sindicato que foi dominado pela família



Marta Roma, onde o trabalhador não tinha direito a nada, pois a família viajava e o trabalhador conseguiu resgatar aquele espaço. Por isso, a importância desse Primeiro Seminário de Saúde do Trabalhador do Município do Rio de Janeiro ser discutido dentro daquele território de reconquista do trabalhador. Lembrou que o objetivo é que o trabalhador chegue a uma Unidade de Saúde e seja visto como trabalhador e não como um simples usuário; que se existir um fluxo para esse trabalhador, será possível descobrir se o trabalho que ele desenvolvia o levou a essa patologia. Que estarão votando propostas da política de saúde do trabalhador para os próximos 4 (quatro) anos e que esse é um dos trabalhos que o Conselho faz através das suas Comissões. Após, o **conselheiro Jaciano Gomes Santiago** passou para o **item 6 da pauta**: Informes da Secretaria Executiva. E o **Secretário Executivo David Lima** disse que teriam uma pauta naquele dia, mas que em virtude de um e-mail recebido do Conselho Nacional de Saúde, resolveram que não tinham como colocar em pauta a discussão da PNAB que é o Plano Nacional de Assistência Básica e, então, fez a leitura dele, que tinha o seguinte teor: "a nova PNAB é aprovada mesmo após críticas do Conselho Nacional de Saúde em movimentos. A revisão da Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) foi alvo de várias críticas dos movimentos sociais, dos trabalhadores da saúde, pesquisadores e do Conselho Nacional de Saúde. Hoje, 31 de agosto, em Brasília, foi aprovada durante a Oitava Reunião da Comissão Intergestora Tripartite composta pelo Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Secretários de Saúde e Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde. A revisão da PNAB está em pauta no Conselho Nacional desde novembro de 2016, quando o Plenário do Conselho aprovou a criação de um grupo de trabalho para debater a Atenção Básica e apresentar diretrizes para esse processo. Somente em 28 de julho desse ano, o Ministério da Saúde colocou a minuta para aperfeiçoamento por apenas 10 (dez) dias. A consulta só foi aberta após pressão do Conselho Nacional que avaliou o prazo como insuficiente e recomendou que a CIT não deliberasse sobre a PNAB até que esgotasse o debate com a sociedade civil. Ainda, assim, a consulta pública foi encerrada após curto prazo e as 6.281 (seis mil duzentos e oitenta e uma) contribuições, de acordo com o Ministério foram incorporadas. Foi um longo debate e esforço. Esses dois anos de discussão na nova PNAB contribuirão para resolver os problemas de saúde. Está aprovada a nova PNAB, disse o Ministro da Saúde Ricardo Barros. Segundo Ronald Santos, Presidente do Conselho Nacional de Saúde a forma como foi apresentada a nova PNAB não dá conta de atender as preocupações do controle social. Precisamos saber mais a respeito da característica da composição das equipes de profissionais, número de agentes comunitários e da própria estratégia da Saúde da Família, explica. O debate continua no Conselho Nacional de Saúde subsidiado pela Lei Orgânica do Sistema Único de Saúde (SUS) número 8.080 de 1990 e 8.142 de 1990. O Conselho Nacional vai manter a sua agenda de discussão para que não aconteçam retrocessos. É provável que uma proposição com a retirada de serviços, retirada de profissional e retirada de estrutura signifique algum avanço; afirmou Ronald. Encaminhamentos: o conteúdo aprovado ainda não foi disponibilizado pelo Ministério. O Conselho Nacional de Saúde aguarda a minuta da Portaria Ministerial que altera a Política. Após a avaliação da nova PNAB, caso o Conselho Nacional de Saúde não aprove as mudanças, a Portaria poderá ser revogada por meio de Decreto Legislativo. Esse processo, da forma como foi, só reforça a necessidade de mais discussão. Após nossas análises vamos articular com o Legislativo. Finalizou o Presidente Ronald". Após a leitura, o **Secretário Executivo David Lima** disse que a PNAB já foi aprovada, mas não se sabe exatamente o que é que tem; disseram que acataram as reivindicações, mas só se saberá quando tiverem o documento em mãos. Disse que iam colocar esse assunto como ponto de pauta, mas não o colocaram em virtude do e-mail recebido; que tinham uma pessoa para falar dele que estava bem inteirada, mas ela mesma disse que não poderia discutir sobre o

assunto uma vez que o documento não havia sido liberado. Prosseguindo, informou, também, que no dia seguinte àquela reunião estaria sendo realizada uma visita, às 14h, ao Instituto Jorge Vaistman, que está sob a tutela da Vigilância Sanitária e todos os Presidentes dos Conselhos estão convidados, o encontro é no próprio Instituto. A seguir, o **conselheiro Jaciano Gomes Santiago passou para o item 7** da pauta: Informes do Colegiado. O **Secretário Executivo David Lima**, com a palavra, disse que todos os Conselhos estão passando por revisão com relação à documentação das Entidades pertencentes ao Conselho; que já concluíram todos os trabalhos na AP 5.3, na AP 5.2, na AP 3.1. Falta somente o atendimento às exigências levantadas. A AP 2.1 também está terminada, a AP 5.1 também foi terminado o levantamento e estão no período de atendimento às exigências levantadas. Todos em andamento e as providências estão sendo tomadas nesse sentido. A primeira a dar informe foi a **conselheira Sonia Maria do Nascimento da Paixão** dizendo que esteve na Conferência Nacional da Saúde da Mulher; que lá, fizeram um manifesto de saúde das mulheres negras; que na próxima reunião trará esse manifesto e o lerá e no mais desejou saúde e paz. O seguinte a falar foi o **conselheiro Wilson Nilson da Rocha** informando que estava aqui para agradecer o convite que havia recebido do conselheiro Ludugério Silva, para ir a um evento em Bangu; que foi muito bem recebido e que havia levado um amigo que trabalha na Casa da Moeda, que nesse momento está sofrendo um ataque violento, pois estão querendo acabar com ela; que nem os Estados Unidos abre mão de ter a sua Casa da Moeda e que no Brasil querem abrir mão dela; que todo o maquinário da Cassa da Moeda é alemão e que foi comprado recentemente; que a planta funciona maravilhosamente, só não funciona melhor porque, às vezes, falta dinheiro até para fazer passaporte. Mas que estava lá para agradecer ao conselheiro, o convite e a maneira como haviam sido recebidos; que assistiram a uma palestra maravilhosa e que esperava ser convidado outras vezes. Após, o **conselheiro Geraldo Batista de Oliveira** disse que queria fazer um esclarecimento. Informou que na última Conferência de Vigilância em Saúde não houve nenhum pacto, nenhum acordo, não houve nenhuma manobra para tirar os delegados para a Conferência Estadual de Saúde; que se alguém falou isso, essa pessoa estava mentindo, faltou com a verdade, porque o que foi conversado antes foi que, juntos os 10 Presidentes dos Conselhos Distritais, a Presidente e a Comissão Organizadora, pedimos para que fosse garantida a participação dos 10 (dez) Conselhos Distritais, independente do seu representante, mas que fosse garantida a participação do controle social, dos 10 Conselhos Distritais, na questão dos delegados para a Estadual. Houve, sim, essa conversa, essa pactuação para que se garantisse a presença desses 10 Conselhos no Município do Rio, independente de quem vai representar. Disse, ainda, que naquele dia tinha uma audiência pública e que infelizmente ao sair, foi pego de surpresa, que disseram que houve uma deliberação de que deveria cumprir um regimento e naquele alvoroço a Organização quis culpar a presidente. Afirmou que eles nada tiveram a haver com isso; que infelizmente as pessoas pontuaram, pactuaram e, depois, tiraram o corpo fora, que achava isso um ato de covardia; que o controle social tem que ser entregue na mão de quem sabe pactuar; que, às vezes, são chamados de vendidos, de comprados porque as pessoas não cumprem com a palavra; que muitos, inclusive as pessoas que lá estiveram e foram contra isso, não representam os Conselhos deles e que eles se representam. Acrescentou que não é Presidente de um Conselho é representante de um Conselho e do seu Colegiado, que representa o usuário, o gestor e o profissional da área da qual é presidente. Que tudo e todo o material que leva daqui é aberto, informado e passado para eles para que possa ser discutido; que a sua área trabalha com liberdade e democracia, que quando erra pede desculpas a eles por tê-los representado mal. Dirigiu-se a Presidente Fátima Lopes e ao Secretário Executivo David Lima dizendo que estava presente para isentá-los, que não houve manobra nenhuma e quem

falou isso tinha a finalidade de tumultuar. Por fim, agradeceu a presidente da AP 5.2 que num ato de reconhecimento, cedeu a vaga do Colegiado para a AP 5.3 e que com isso discutirão quem será o representante do Conselho Distrital de Saúde que irá como delegado para a Conferência de Vigilância em Saúde. Também comunicou que recebeu de dez a quinze caixas de material para diálise. Esse material tem validade até final de 2019 e está naquele Conselho para ser doado a quem estiver precisando dele e que foi dado por uma Clínica que fechou e falou que se alguém conhecer quem queira e esteja precisando que estará a disposição para ser doado. Após, o **Secretário Executivo David Lima** falou no lugar da **Presidente Fátima Lopes** dizendo que havia recebido uma boa notícia em relação ao e-mail que tinha lido; que não era uma boa notícia definitiva, mas que era um bom caminho; que o Ministro Lewandowski deu uma liminar na Ação Direta de Inconstitucionalidade com relação ao congelamento do orçamento federal do SUS e da Educação por 20 (vinte) anos; que no momento é uma liminar e essa decisão suspende o congelamento e agora essa ação vai para o Pleno para os 10 ministros e terá a decisão definitiva. Já foi uma vitória, um avanço. A seguir, o **conselheiro Mauro André dos Santos Pereira** agradeceu ao presidente do CDS da AP 5.1, conselheiro Ludugério Silva, e disse que ficou muito feliz com o dia de sábado, que foi um evento maravilhoso. Agradeceu a presença do conselheiro Wilson lá; que o conselheiro Ludugério Silva tem feito um trabalho hercúleo; mostrando que todos têm trabalhado por uma Zona Oeste coesa, unida, com saúde, qualidade e meio ambiente, embora nem todos estivessem presente no evento. E, ainda, que se sentiu contemplado; que foi maravilhoso; que incluíram a sociedade civil, a equipe da família, o Conselho; o conselheiro Wilson esteve lá nos representando, a CAP 5.2, a CAP 5.1 e que isso mostra lisura no trabalho, a união e a inclusão no processo de mudança do SUS. O conselheiro Jaciano Santiago, que brilhantemente falou, esteve lá representando o Secretário. Para concluir, convocou o conselheiro Wilson para mais um evento que farão juntos. Informou que o Brasil vai ser sede do Fórum Mundial da Água; que 195 (cento e noventa e cinco) países estarão no Brasil para falar sobre água; que é uma Conferência da ONU e o tema é “Compartilhando Água”; que farão um debate, em conjunto com Conselhos Distritais das AP's 5.1, 5.2, a CAP 5.2 e 5.1, os ativistas locais, as ONG's, os coletivos e gostaria que o conselheiro Wilson estivesse presente no dia 7 de outubro para criarem um documento oficial sobre a água, saúde, alimentação e saneamento básico na Zona Oeste chamado HZO, “Encontro sobre Água da Zona Oeste” e que, também, todos são bem vindos. Dirigiu-se a Dra. Cristina e propôs essa pauta para a Comissão de Educação e que mandaria para ela a proposta. Depois a **Senhora Yeda**, ex-conselheira da AP 3.2, com a palavra, informou que se trata de caso gravíssimo; que passou mal na sexta-feira; que procurou o Secretário Executivo David Lima, também, na sexta; que apesar de ser fundadora desses Conselhos, não vê o pessoal trabalhar neles; que, em casa, fica o tempo todo grudada na televisão para ver como está a Saúde e não vê nenhum presidente de Conselho ir para a porta de hospital para ajudar o povo. E, ainda, que na sexta-feira, aconteceu um caso muito grave no Hospital Jesus. Dirigiu-se ao Secretário Executivo David Lima dizendo que era, mais ou menos, meio dia e meia, ligou no RJTV; que puxaram aquela fita para que ele pudesse ver e denunciarem aquela juíza que processou o Hospital para botar o garoto de porta para fora, em estado gravíssimo; que a moça estava numa porta e tiraram a criança de dentro do hospital para levá-la para a Baixada porque quem é da Baixada não pode se tratar no Município do Rio de Janeiro, que achava tudo aquilo um absurdo. E, ainda, que era conselheira e na época do ex-secretário Ronaldo Luiz Gazolla e dos outros; que nunca houve isso. A criança teve que sair antes do dia, na Baixada Fluminense. A criança teve que sair com sete, seis meses mais ou menos e o marido sem orientação levou direto para a Maternidade de São Cristóvão e lá, na sexta-feira o estado da criança era gravíssimo. A diretora do

hospital de lá, passou uma mensagem para mim que o estado do garoto é gravíssimo e só lá é que tem esse pulmão porque na América Latina só existe lá esse pulmão e esse hospital já existe há mais de 80 anos. Essa criança quando chegou sexta-feira veio com uma ordem do juiz para tirar ele de lá imediatamente; chorando na porta do hospital, a televisão fazendo as filmagens e aí eu não agüentei, fazendo a filmagem da situação, a mãe chorava o pai chorava. Então veio uma ordem do juiz para tirar a criança. Gente, que Brasil é esse e ninguém faz nada. Eu não vejo ninguém desse Conselho na porta do hospital para fazer nada. Prosseguiu informando que, devido àquela situação, havia passado mal; que nem a diretora do hospital, Dra. Silvana, que era muito amiga sua e que é pediatra teve o poder de ajudar; que ficou desorientada sem saber o que fazer, mas quer que o Secretário de Saúde, o Prefeito puxem a fita da Globo para verem o que tinha acontecido. A **Presidente Fátima Lopes** agradeceu o informe da ex-conselheira e não havendo mais nada a ser discutido e deliberado é encerrada a reunião às dezessete horas e vinte e cinco minutos e eu **Maria da Conceição Ramos de Carvalho** dou por lavrada a ata e assino em conjunto com a Presidente deste Conselho, **conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes**.

Maria da Conceição Ramos de Carvalho

Maria de Fátima Gustavo Lopes.

/wuca